ISSN: 2594-6153

A União Europeia e as Hodiernas Diretrizes e Políticas Climáticas

Isabella Alvares Fernandes, Daniel Freire e Almeida

Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

E-mail: alvareisabella@gmail.com

Resumo: O presente estudo pretende elevar as hodiernas diretrizes climáticas da União Europeia (UE), perpassando de seu histórico mais recente até o instrumento mais atual disponível, o Pacto Ecológico Europeu. O estudo aborda, deste modo, a complexidade dos trabalhos da União Europeia para acompanhar o regime internacional das mudanças climáticas, e, ainda, as próprias mudanças climáticas contextualizadas atualmente, que evolucionam a cada segundo. O objetivo central é analisar se as políticas e diretrizes dispostas pela UE são coevas e eficazes. Para tanto, são utilizados, na realização desta pesquisa, o método dedutivo com técnica de pesquisa bibliográfica. O principal resultado é a evolução linear da política europeia de controle das mudanças climáticas em conjunto com as próprias que aconteciam factualmente, no decorrer da história. Assim, é indubitável que a União Europeia tem acompanhado a evolução das mudanças climáticas, adaptando-se às novas realidades e criando mecanismos capazes de mitigar os efeitos destas.

Palavras-chave: União Europeia; Diretrizes; Mudanças climáticas.

The European Union and Current Climate Guidelines and Policies

Abstract: The present study intends to raise the current climate guidelines of the European Union (EU), going from its most recent history to the most current instrument available, the European Ecological Pact. The study, thus, addresses the complexity of the European Union's work to monitor the international regime of climate change, and also the current contextualized climate changes, which evolve every second. The central objective is to analyze whether the policies and guidelines set out by the EU are coeval and effective. Therefore, in carrying out this research, the deductive method with bibliographical research technique is used. The main result is the linear evolution of the European policy to control climate change in conjunction with those that happened factually throughout history. Thus, it is undoubted that the European Union has accompanied the evolution of climate change, adapting to the new realities and creating mechanisms capable of mitigating the effects of these.

Keywords: European Union; Guidelines; Policies; Climate change.

Introdução

A União Europeia apresenta-se, conforme Fernandes e Freire e Almeida (2021), como um quadro legal construído através do consentimento internacional [1], que desde seu início objetivou uma cooperação comunitária em sentido de reconstrução do continente europeu, considerando o contexto histórico de pós-guerra que convém de seu estabelecimento.

Com a fundação definitiva da estrutura orgânica da União Europeia, observou-se uma preocupação com o meio ambiente e as mudanças climáticas causadas pela ação humana na

ISSN: 2594-6153

Terra, considerando dentro deste contexto toda a discussão havida em meio a conferências internacionais para tratar do meio ecológico, como a Conferência de Estocolmo de 1972. Deste modo, para enfrentar a celeuma, ao invés de tão somente um Estado-membro dispor-se a lidar com a problemática, havia uma integração continental para que houvesse êxito e eficácia concreta.

Neste sentido de cooperação internacional, e usando-se do propósito do desenvolvimento sustentável como garantia basilar do direito comunitário europeu, o artigo 11º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia dispõe, impreterivelmente e de modo claro: "Artigo 11º. As exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e ações da União, em especial com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável [2]".

É neste viés que a União Europeia insere-se como pioneira na adoção de medidas de mitigação e controle da mudança climática no planeta. Por intermédio da adoção de acordos internacionais elementares no regime internacional das mudanças climáticas, como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, deu-se o desenvolvimento de políticas próprias, utilizando-se do arcabouço internacional e definindo medidas coerentes com o ambiente europeu. Consoante dispõem Rayner et. Al (2016) [3], a União Europeia englobe políticas relacionadas ao clima e objetivos que são globalmente inovativos. Desta maneira, os Estados-membros veem-se integrados a adotar as metas propostas e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Objetivos

O presente estudo tem como objetivos gerais a análise das políticas e diretrizes dispostas pela União Europeia em seu histórico, e se as mesmas são atualizadas e eficazes, objetivando especificamente verificar se estas estão contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas no planeta.

Material e Métodos

Para o desenvolvimento do presente estudo, foram utilizados o método dedutivo, partindo de uma parte geral da estrutura da União Europeia com viés de exploração ao particular, referindo-se ao aparato desta com relação às políticas e diretrizes climáticas, com técnica de pesquisa bibliográfica, possibilitando um escopo ampliado de referências atuais e internacionais.

ISSN: 2594-6153

Resultados

Por meio da pesquisa efetuada, é primordial estabelecer que a União Europeia se destaca como líder global no campo das políticas climáticas [3], podendo servir de modelo para muitos outros países. Deste modo, segundo Rayner et al. [3], desde os anos de 1990, a UE vem desenvolvendo diretrizes climáticas que são modelos, como novas formas de partilhar o esforço necessário para reduzir as emissões entre os seus Estados-Membros e entre diferentes setores económicos. Destarte:

> Foi pioneira na utilização de novos instrumentos políticos, como o comércio de emissões, que foram imitados noutros locais. Nas negociações a nível global, a UE praticou uma abordagem de "liderança pelo exemplo" e defendeu consistentemente "metas e calendários" para a ação, incluindo que o aumento médio da temperatura global não deve exceder 2°C acima dos níveis pré-industriais e que a temperatura global não deve exceder 2°C acima dos níveis pré-industriais e as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) devem ser reduzidas para metade em relação aos níveis de 1990 até 2050 (Conselho da União Europeia, 2007, 2014) [3].

Outrossim, os efeitos fáticos demonstram que as emissões de gases de efeito estufa (GEE) por parte da União Europeia diminuíram em 23% (vinte e três por cento) sob a égide do Protocolo de Quioto, quando o compromisso inicial era de tão somente de diminuição de 8% (oito por cento) [3]. O compromisso da UE com instrumentos internacionais que não tenham sido desenvolvidos em seu âmbito também é latente, e mostram êxito. Inclui-se aqui inclusive a adesão da União Europeia ao Acordo de Paris, de 2015.

De modo a mitigar ainda mais essas medidas, a União Europeia estabeleceu em 11 de dezembro de 2019 o Pacto Ecológico Europeu, apresentado pela Presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen [4]. O objetivo primo se qualifica como "pacote de iniciativas estratégicas que visa colocar a UE na via rumo a uma transição ecológica, com o objetivo último de alcançar a neutralidade climática até 2050" [5]. De modo a consolidar ainda mais os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas em 2015 [6], a UE planejou capacitar a indústria europeia e a as pequenas e médias empresas, impulsionar a economia circular, criar um sistema alimentar sustentável e preservar a biodiversidade [4].

Observa-se que o Pacto Ecológico Europeu se caracteriza como instrumento de modernidade no que diz respeito ao regime internacional das mudanças climáticas, ainda que na seara europeia, e proporciona um modelo a ser seguido pelos demais Estados, de modo a mitigar as mudanças climáticas.

ISSN: 2594-6153

Discussão

Em consonância com os resultados expostos em tópico próprio e anterior, é possível deles extrair que as políticas e diretrizes modernas adotadas pela União Europeia se qualificam meio de poderio sobre as mudanças climáticas, de modo a impedi-las e, de certo modo, controlá-las.

A posição que a União Europeia adota é inovadora, porquanto muitos Estados ao redor do globo relutam em incorporar medidas concretas aos seus sistemas, permanecendo numa posição de propagadores de meios de dilapidação do planeta Terra. Quando da adoção e incorporação de acordos e tratados internacionais em sua natureza, a União Europeia já sinalizava seu diferencial para as demais nações, tornando elementar que essas seguissem seu exemplo.

Consoante colocam Oberthür e Pallemaerts (2010), a política climática da Europa e a política internacional evoluíram em conjunto e uma fomenta a outra por intermédio da base do regime internacional das mudanças climáticas, tendo este último por base a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clim [7]. Os mesmos autores ainda salientam que a UE tem sido um ator e líder importante na política climática internacional.

Além disso, conforme Schreurs et al. (2010), a União Europeia se posiciona como ente definidor na esfera internacional para o apaziguamento das degenerações climáticas [8]. “Em vários momentos críticos, a UE e os seus membros adotaram políticas e programas que a colocaram na vanguarda dos esforços internacionais para enfrentar as alterações climáticas [8]”.

A concepção e posterior desenvolvimento de políticas supranacionais do Pacto Ecológico Europeu, numa abordagem holística e transetorial [5], no qual “(...) todos os domínios de intervenção pertinentes contribuam para o objetivo final relacionado com o clima [5]”, salienta o ânimo inovador da União Europeia e sua propensão a concretizar os meios pelo qual se garante.

Conclusões

Diante de todo o exposto no presente estudo, é possível extrair que as políticas e diretrizes modernas adotadas pela União Europeia têm contribuído para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, com efeitos práticos, conforme os vistos em tela, sob a égide de acordos internacionais e dispositivos europeus internos. O mais novo deles, o Pacto Ecológico Europeu mostra-se concretamente como novo modelo de mitigação das mudanças climáticas,

ISSN: 2594-6153

com metas de neutralidade climática até 2050, ressaltando o desenvolvimento sustentável como pilar para o futuro da humanidade.

Referências

1. Fernandes, I. A., Freire e Almeida, D. A União Europeia e o Brexit: paradigmas e implicações jurídicas dos novos acordos. 1 ed. New Tork: Lawinter Editions, 2021.
2. EUR-LEX. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. [acesso em: 20 ago. 2023]. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF.
3. Rayner, T., Jordan, A. (2016, August 05). Climate Change Policy in the European Union. Oxford Research Encyclopedia of Climate Science. [acesso em: 20 ago. 2023]. Disponível em: https://oxfordre.com/climatescience/view/10.1093/acrefore/9780190228620.001.0001/acrefore-9780190228620-e-47.
4. Cifuentes-Faura, J. European Union policies and their role in combating climate change over the years. Air Qual Atmos Health 15, 1333–1340 (2022). [acesso em: 21 ago. 2023]. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11869-022-01156-5.
5. CONSELHO EUROPEU – CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Pacto Ecológico Europeu. Conselho Europeu, 2019. [acesso em: 01 jul. 2023]. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/.
6. EMBRAPA. EMBRAPA e a Agenda 2030: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. [acesso em: 21 ago. 2023]. Disponível em: https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-os-ods.
7. Oberthür, S., Pallemaerts, M.. The new climate policies of the European Union: Internal legislation and climate diplomacy. 1 ed. Bruxelas: VUB University Press, 2010.
8. Schreurs, Miranda A., and Yves Tiberghien. "European Union leadership in climate change: mitigation through multilevel reinforcement." *Global commons, domestic decisions: The comparative politics of climate change*. 1 ed. Cambridge: MIT Press, 2010: 23-66.